

Transmissora José
Maria de Macedo de
Eletricidade S.A.

**Informações financeiras intermediárias referentes
ao trimestre findo em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.807	7.476	Fornecedores	13	5.114	2.988
Títulos e valores mobiliários	5.1	88.463	80.936	Encargos sociais e trabalhistas	14	250	127
Contas a receber de clientes	6	34.494	30.859	Obrigações tributárias	15	5.783	7.236
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	6.919	6.898	Obrigações regulatórias	16	2.813	2.760
Outros tributos a compensar	8	116	84	Dividendos a pagar		41.371	41.371
Despesas pagas antecipadamente	10	370	582	Contas a pagar - partes relacionadas	21	1.312	1.112
Ativo da concessão	9	288.122	283.708	Empréstimos e Financiamentos	17	54.494	48.596
Outros Ativos		9.907	8.276	Debêntures	18	24.412	30.015
Total do ativo circulante		437.198	418.819	PIS e Cofins diferidos	19	26.651	26.243
				Outros passivos		19.129	12.386
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		181.329	172.834
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	60.597	71.575	NÃO CIRCULANTE			
Ativo da concessão	9	2.414.655	2.373.175	Empréstimos e Financiamentos	17	575.382	588.621
Outros ativos		11.427	9.632	Debêntures	18	442.924	448.127
Imobilizado	11	200	212	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	350.843	335.365
Intangível	12	107	113	PIS e COFINS diferidos	19	223.356	219.519
Total do ativo não circulante		2.486.986	2.454.707	Total do passivo não circulante		1.592.505	1.591.632
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	22	504.397	504.397
				Reserva de lucros		571.747	571.747
				Dividendos adicionais propostos		32.916	32.916
				Lucros acumulados		41.290	-
				Total do patrimônio líquido		1.150.350	1.109.060
TOTAL DO ATIVO		2.924.184	2.873.526	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.924.184	2.873.526

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		16.897	25.141
Remuneração financeiro do ativo de concessão		98.739	110.136
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(11.980)	(13.815)
RECEITA LÍQUIDA	23	<u>103.656</u>	<u>121.462</u>
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	24	(9.902)	(16.827)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	(4.854)	(2.248)
LUCRO BRUTO		<u>88.900</u>	<u>102.387</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	24	(2.785)	(1.463)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>86.115</u>	<u>100.924</u>
Receitas financeiras		3.879	3.894
Despesas financeiras	25	(32.399)	(34.131)
RESULTADO FINANCEIRO	25	<u>(28.520)</u>	<u>(30.237)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>57.595</u>	<u>70.687</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	26	(827)	(322)
Diferido	26	(15.478)	(22.440)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>41.290</u>	<u>47.925</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	27	0,0819	0,0950

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.290	47.925
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>41.290</u>	<u>47.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		504.397	26.274	483.104	18.548		-	1.032.323
Lucro líquido do período	22	-	-	-	-	-	47.925	47.925
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023		504.397	26.274	483.104	18.548	-	47.925	1.080.248
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		504.397	34.178	505.964	31.605	32.916	-	1.109.060
Lucro líquido do período	22	-	-	-	-	-	41.290	41.290
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		504.397	34.178	505.964	31.605	32.916	41.290	1.150.350

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		41.290	47.925
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	15.478	22.440
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	827	322
Provisão para PIS e Cofins diferidos	19	4.245	6.353
Remuneração do ativo de concessão	23	(98.739)	(109.605)
Receita de operação e manutenção	23	(4.789)	(4.608)
Receita de construção	23	(12.745)	(22.190)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	25	(3.879)	(3.894)
Depreciação e amortização	24	18	106
Juros e variação monetária sobre empréstimos	25	14.250	12.995
Juros e variação monetária sobre debêntures	25	17.733	20.438
Amortização dos custos de transação	17 e 18	390	-
Caixa aplicado nas operações		(25.921)	(29.718)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(3.635)	1.082
Ativo da concessão	9	70.379	67.713
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	(21)	19
Tributos a compensar	8	(32)	(339)
Despesas pagas antecipadamente	10	212	384
Outros Ativos		(3.426)	(4.366)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	2.126	(3.515)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	(29)
Encargos sociais e trabalhistas	14	123	-
Obrigações tributárias	15	(1.453)	2.075
Obrigações regulatórias	16	53	210
Contas a pagar - partes relacionadas	21	200	(407)
Outros passivos		6.743	1.580
Imposto de renda e contribuição social pagos		(827)	(663)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		44.521	34.026
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5	(40.624)	(88.600)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5	34.592	80.579
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(6.032)	(8.021)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos	17	(14.519)	(9.850)
Pagamento de principal de debêntures	18	(9.407)	(7.812)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(7.345)	(11.202)
Pagamento de juros de debêntures	18	(19.249)	(19.249)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(11.082)	8.746
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito		24.444	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(37.158)	(39.367)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.331	(13.362)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	8.807	13.915
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	7.476	27.277
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.331	(13.362)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	4.789	4.608
Receitas relativas à construção de ativos próprios	12.745	22.190
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	98.739	109.605
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(617)	(1.553)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(3.523)	(1.722)
Custo de Operação e manutenção	(383)	(458)
Custo de construção	(9.902)	(16.827)
Outros	(476)	(36)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>101.372</u>	<u>115.807</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(17)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>101.355</u>	<u>115.807</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.068	3.894
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>105.423</u>	<u>119.701</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>105.423</u>	<u>119.701</u>
Pessoal	<u>3.640</u>	<u>1.490</u>
Remuneração direta	2.813	1.184
Benefícios	286	231
Encargos sociais	541	75
Impostos, taxas e contribuições	<u>28.510</u>	<u>36.853</u>
Tributos federais	28.510	36.853
Remuneração de capitais de terceiros	<u>31.983</u>	<u>33.433</u>
Juros	31.983	33.433
Remuneração de capitais próprios	<u>41.290</u>	<u>47.925</u>
Lucro líquido do período	41.290	47.925

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo o pedido deferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGO”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Em 30 de Novembro de 2022, a Companhia teve suas ações transferidas para a Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”). Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia e garantirá os aportes de capital necessários para realizar os investimentos e pagamentos a credores.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação parcial em 27 de março de 2018, e em 17 de abril de 2020 o projeto foi integralmente concluído e entrou em operação total.

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 255.473 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implantação de reforços através das seguintes Resoluções Autorizativas:

- REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouarolândia II, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 3,4 milhões, cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

- REA nº 12.294/2022 de 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de R\$ 72,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 8,9 milhões, com término da obra previsto para setembro de 2024.

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação, na subestação de Ouarolândia II, de dois módulos de conexão, um em 230 kV e outro em 500 kV, para o banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230kV – 900 MVA, e um banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230-13,8 kV – 3x300 MVA, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço, na subestação Ouarolândia II, de adequação de um módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra em 230 kV referente a instalação do terceiro banco de transformadores 500/230 kV, adequação da barra de transferência no pátio de 230 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores e adequação da barra de transferência no pátio de 500 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

2 Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 13 de maio de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

2.5 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 31 de janeiro de 2024, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em 01 de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1);
- Passivo de locação em uma operação de *Sale and Leaseback* (alterações ao CPC 6 / IFRS 6);
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 3 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	8.807	7.476
Total	<u>8.807</u>	<u>7.476</u>

(*) Referem-se as aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDB que possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	88.463	80.936
Total	<u>88.463</u>	<u>80.936</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 104,44% do CDI em 31 de março de 2024 (105,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva (**)	60.597	71.575
Total	<u>60.597</u>	<u>71.575</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de março de 2024 a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 97,30% do CDI (98,12% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	34.494	30.859
Total	<u>34.494</u>	<u>30.859</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos a vencer	28.063	24.653
Títulos vencidos em até 30 dias	94	145
Títulos vencidos em até 90 dias	310	2.952
Títulos vencidos há mais de 90 dias	6.027	3.109
	<u>34.494</u>	<u>30.859</u>

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.919	6.898
Total	<u>6.919</u>	<u>6.898</u>

8 Tributos a compensar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a compensar	20	15
COFINS a compensar	95	68
Outros impostos	1	1
Total	<u>116</u>	<u>84</u>

9 Ativo da Concessão

9.1 Composição do Ativo da Concessão

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	2.071.364	2.058.619
Receita de operação e manutenção	104.766	99.977
Receita de remuneração do ativo de concessão/ Variação Monetária	1.879.130	1.780.391
Recebimentos	(1.352.483)	(1.282.104)
Total	<u>2.702.777</u>	<u>2.656.883</u>
Circulante	288.122	283.708
Não circulante	2.414.655	2.373.175

9.2 Margens de obrigações e performance

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Margem de O&M		
Receita	4.789	4.608
Custos (*)	(4.854)	(2.248)
Margem (R\$)	<u>(65)</u>	<u>2.360</u>
Margem Percebida (%)	-1%	51%
Margem de Construção		
Receita	12.745	22.190
Custos	(9.902)	(16.827)
Margem (R\$)	<u>2.843</u>	<u>5.363</u>
Margem Percebida (%)	22%	24%

(*) Variação decorrente a folha de pagamento, custo com O&M em manutenção e serviços de terceiros.

9.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.411.147</u>
Receita de construção	22.190
Remuneração do ativo de concessão/Variação monetária	109.605
Receita de operação e manutenção	4.608
Recebimentos	(67.713)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>2.479.837</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.656.883
Receita de construção	12.745
Remuneração do ativo de concessão/Variação monetária	98.739
Receita de operação e manutenção	4.789
Recebimentos	(70.379)
Saldo em 31 de março de 2024	2.702.777

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar (*)	370	582
Total	<u>370</u>	<u>582</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 29.

11 Imobilizado

11.1 Composição do Imobilizado

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edificações, obras e benfeitorias	339	(201)	138	147
Máquinas e equipamentos	53	(21)	32	33
Móveis e utensílios	75	(45)	30	32
Total	<u>467</u>	<u>(267)</u>	<u>200</u>	<u>212</u>

11.2 Movimentação do Imobilizado

	<u>Valor líquido em</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido em</u>
	<u>31/12/2023</u>		<u>31/03/2024</u>
Imobilizado em serviço			
Edificações, obras e benfeitorias	147	(9)	138
Máquinas e equipamentos	33	(1)	32
Móveis e utensílios	32	(2)	30
Total do Ativo Imobilizado	<u>212</u>	<u>(12)</u>	<u>200</u>

12 Intangível

12.1 Composição do Intangível

	<u>Custo</u> <u>31/03/2024</u>	<u>Amortização</u> <u>acumulada</u> <u>31/03/2024</u>	<u>Líquido</u> <u>31/03/2024</u>	<u>Líquido</u> <u>31/12/2023</u>
Softwares	117	(10)	107	113
Total	117	(10)	107	113

12.2 Movimentação do Intangível

	<u>Valor líquido</u> <u>em 31/12/2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido</u> <u>em 31/03/2024</u>
Intangível em serviço			
Softwares	113	(6)	107
Total do Ativo Intangível	113	(6)	107

13 Fornecedores

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	6.485	2.988
Total	6.485	2.988

14 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	6	3
Provisão de bônus	37	35
Décimo Terceiro Salário	12	-
Provisão de férias	136	48
Encargos trabalhistas	59	41
Total	250	127

15 Obrigações tributárias

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	4.890	4.344
ICMS	70	1.749
ISS de terceiros	637	523
Outros tributos	186	620
Total	5.783	7.236

16 Obrigações regulatórias

	31/03/2024	31/12/2023
Provisão para P&D	2.603	2.448
Encargos regulatórios a recolher (*)	210	312
Total	2.813	2.760

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	572.887	572.887
Juros e variação monetária	12.995	12.995
Pagamentos Principal	(9.850)	(9.850)
Pagamentos Juros	(11.202)	(11.202)
Saldo em 31 de março de 2023	564.830	564.830
Saldo em 31 de dezembro de 2023	637.217	637.217
Juros e variação monetária	14.250	14.250
Pagamentos Principal	(14.519)	(14.519)
Pagamentos Juros	(7.345)	(7.345)
Custo de transação	273	273
Saldo em 31 de março de 2024	629.876	629.876
Classificados como:	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	54.494	48.596
Não Circulante	575.382	588.621

- (a) Em 28 de maio de 2018, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implantação, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 687.664. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,19% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito “A” se iniciou em 15 de outubro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032. E, a amortização do subcrédito “B” se iniciou em 15 de janeiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032. Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 145.764, para a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 5,23% ao ano, a título de remuneração, acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo spread do BNDES de 1,50% ao ano. O subcrédito A será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, enquanto o subcrédito B será pago em 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito “A” irá se iniciar em 15 de novembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. E, a amortização do subcrédito “B” irá se iniciar em 15 de abril de 2024, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2024</u>
2025	53.339
2026	57.898
2027	63.244
2028 em diante	<u>400.901</u>
Total	<u>575.382</u>

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avencas, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão de energia elétrica e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES. Sendo, a partir de 15 de outubro de 2019, 03 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida vencida, caso a cedente possua ICSD anual decompo, no mínimo, 1,3 e ICP anual de 20%.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Administração da Companhia faz o constante acompanhamento das cláusulas restritivas.

18 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	472.536	472.536
Juros e variação monetária	20.438	20.438
Pagamentos Principal	(7.812)	(7.812)
Pagamentos Juros	(19.249)	(19.249)
Custo de transação	106	106
Saldo em 31 de março de 2023	466.019	466.019
Saldo em 31 de dezembro de 2023	478.142	478.142
Juros e variação monetária	17.733	17.733
Pagamentos Principal	(9.407)	(9.407)
Pagamentos Juros	(19.249)	(19.249)
Custo de transação	117	117
Saldo em 31 de março de 2024	467.336	467.336
Classificado como:	31/03/2024	31/12/2023
Circulante	24.412	30.015
Não Circulante	442.924	448.127

(a) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, e de forma a complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15 de junho de 2018, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2024
2025	18.003
2026	18.791
2027	21.077
2028 em diante	385.053
Total	442.924

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

19 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	223.032
Constituição	12.693
Amortização	(6.340)
Saldos em 31 de março de 2023	229.385
<hr/>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	245.762
Constituição	17.673
Amortização	(13.428)
Saldos em 31 de março de 2024	250.007
<hr/>	
Circulante	26.651
Não circulante	223.356

20 Provisões para riscos

Em 31 de março de 2024, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável.

20.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma

provisão sobre eles foi constituída. Em 31 de março de 2024, as reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 13.342 (R\$ 15.869 em 31 de dezembro de 2023).

21 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2024, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 1.312 (R\$ 1.112 em 31 de dezembro de 2023) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/03/2024	31/12/2023		31/03/2023
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	1.312	1.107	4.295	1.941
Argo IV Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	-	2	-	-
Argo VI Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	-	1	-	-
Argo VIII Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	-	2	-	-
Total		1.312	1.112	4.295	1.941

21.1 Remuneração da Administração

Em 31 de março de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 5.205 (R\$ 3.918 em 31 de março de 2023), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	1.222	902
Encargos sociais	513	457
Bônus	3.470	2.559
Total	<u>5.205</u>	<u>3.918</u>

22 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 504.397 (quinhentos e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e nove reais), dividido em 504.397.379 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/03/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%	Qnt. Ações	Ações ordinárias	%
Argeb						
Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	504.397.379	100%	504.397.379	504.397.379	100%

22.1 Reservas de lucros

22.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 7.905 para constituição da reserva legal.

22.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de atração de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

22.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

23 Receita líquida

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita de construção	12.745	22.190
Receita de remuneração do ativo de contrato	98.739	109.605
Receita de operação e manutenção	4.789	4.608
Parcela Variável e outras deduções	20	(427)
Outras receitas	(637)	(1.126)
Receita bruta	<u>115.656</u>	<u>134.850</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(4.245)	(6.354)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(6.892)	(6.119)
(-) Encargos regulatórios	(863)	(915)
Receita líquida	<u>103.656</u>	<u>121.462</u>

24 Custos e despesas por natureza

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Serviços de terceiros	(3.523)	(1.722)
Custo de construção	(9.902)	(16.827)
Pessoal	(3.640)	(1.490)
Arrendamentos e aluguéis	(162)	(69)
Depreciação e Amortização	(18)	-
Seguros	(212)	(384)
Tributos	(16)	(5)
Materiais	(9)	(5)
Outros	(60)	(36)
Total	<u>(17.542)</u>	<u>(20.538)</u>
Valores alocados a:		
Custos de construção	(4.854)	(16.827)
Custos de operação e manutenção	(9.902)	(2.248)
Despesas gerais e administrativas	(2.785)	(1.463)

25 Resultado financeiro

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	4.060	3.873
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(189)	(16)
Outras receitas financeiras	8	37
Total	<u>3.879</u>	<u>3.894</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(55)
Juros e variação monetária	(31.983)	(33.433)
Outras despesas financeiras	(416)	(643)
Total	<u>(32.399)</u>	<u>(34.131)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(28.520)</u>	<u>(30.237)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

26.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	57.595	70.687
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(19.582)	(24.034)
Incentivos Fiscais (*)	3.391	1.277
Adições e Exclusões Permanentes	(2)	-
(+) Outros	(112)	(5)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(15.478)	(22.440)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(827)</u>	<u>(322)</u>
Alíquota efetiva	28%	32%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

26.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(29.694)	306.685	276.991
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(915)	-	(915)
Contratos de concessão (b)	-	23.355	23.355
Saldos em 31 de março de 2023	(30.609)	330.040	299.431
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(54.870)	390.235	335.365
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(7.834)	-	(7.834)
Contratos de concessão (b)	-	23.312	23.312
Saldos em 31 de março de 2024	(62.704)	413.547	350.843

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

27 Resultado por ação

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	41.301	47.925
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	504.397.379	504.397.379
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0819	0,0950

28 Instrumentos financeiros

28.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	88.463	80.936	88.463	80.936
Total			88.463	80.936	88.463	80.936
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	8.807	7.476	8.807	7.476
Contas a receber de clientes	6	2	34.494	30.859	34.494	30.859
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	60.597	71.575	60.597	71.575
Total Ativo			103.898	109.910	103.898	109.910

Passivos financeiros:

Custo amortizado:

Fornecedores	13	2	6.485	2.988	6.485	2.988
Empréstimos e Financiamentos	17	2	629.876	637.217	629.876	637.217
Debêntures	18	2	476.749	489.495	467.336	478.142
Contas a pagar - partes relacionadas	21	2	6	-	6	-
Outros passivos		2	19.129	12.386	19.129	12.386
Total Passivo			1.132.245	1.142.086	1.122.832	1.130.733

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

28.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data finda em 31 de março de 2024.

28.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

28.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 34.494 (R\$ 30.859 em 31 de dezembro de 2023).

28.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

28.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

28.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	6.485	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	54.494	53.339	57.898	464.145
Debêntures	24.412	18.003	18.791	406.130
Contas a pagar - partes relacionadas	1.312	-	-	-
Total	86.703	71.342	76.689	870.275

28.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 10,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,69% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março de 2024 é de 6,53% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	8.807	938	704	469
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	88.463	9.421	7.066	4.711
Fundos restritos	Redução do CDI	60.597	6.454	4.841	3.227
Total		157.867	16.813	12.611	8.407
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	629.876	41.131	30.848	20.566
Debêntures	Aumento do IPCA	476.749	17.592	13.194	8.796
Total		1.106.625	58.723	44.042	29.362

29 Seguros

Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2024
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2024

30 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/03/2024	31/03/2023
Compensação de IRPJ	3.391	1.277

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
Informações financeiras intermediárias
Referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O